

265 - EDUCAÇÃO CONTRA A EXCLUSÃO - TRABALHO INFANTIL E ABANDONO ESCOLAR: UMA REALIDADE ENTRE DOIS MUNDOS

Nome do Autor: Professora Doutora Maria do Nascimento Esteves Mateus
(Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, mmateus@ipb.pt)

Nome do Autor: Mestre Maria do Céu Ribeiro
(Departamento de Supervisão da Prática Pedagógica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, ceu@ipb.pt)

Introdução

Este trabalho subordinado ao tema “Educação Contra A Exclusão - Trabalho Infantil e Abandono Escolar: Uma Realidade Entre Dois Mundos” teve como objectivo compreender as estratégias que a Escola EB2,3/S D. Afonso III – Vinhais concebeu para manter ou chamar de novo os jovens adolescentes que abandonam a escola em prol de um trabalho infantil ilegal e desqualificado.

O problema, - Poderá a escola criar e desenvolver estratégias adequadas que mantenham ou chamem de novo os jovens adolescentes, cujo abandono escolar associado ao trabalho infantil compromete um desenvolvimento pessoal e social equilibrado e harmonioso, motivando-os para que de forma legal e com qualificações ingressem na vida activa? - ,suscita algumas questões, nomeadamente:

1. Que relação existe entre a exploração do trabalho infantil e a exclusão escolar?
2. O que leva os adolescentes a abandonarem a escola?
3. Serão os programas curriculares desajustados da sua realidade local, na medida em que os conteúdos não são adequados à história de vida dos alunos e não desenvolvem competências pessoais e sociais?
4. Será que os alunos associam o gosto pelas disciplinas aos respectivos professores?
5. Haverá uma adequada formação do perfil dos professores?
6. Que estratégias concebe a escola para manter ou chamar de novo os alunos ao seu seio?
7. Como é que a escola coloca em acção programas motivadores, ofertas educativas e de formação?
8. Como é que a escola promove a articulação entre os diferentes ciclos de estudo?
9. Que acompanhamento e apoio psicológico é dado aos alunos em risco de abandono?
10. Que acompanhamento é dado à família e à ligação desta ao meio?

11. Que motivação têm os professores para um trabalho personalizado com os alunos?

Para obter respostas concretas às questões formuladas *à priori* partiu-se de uma escolha intencional de um conjunto de intervenientes do Programa para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil (PETI), cuja medida educativa e formativa Programa de Educação e Formação (PIEF), é constituído pela equipa móvel multidisciplinar de Trás-Os-Montes e Alto Douro e implementado na Escola EB2,3/S D. Afonso III, em Vinhais.

Foi utilizada uma metodologia de estudo de caso com base na análise de uma situação.

Como procedimento de recolha de dados foi realizada uma entrevista em grupo à coordenadora da equipa móvel multidisciplinar de Trás-Os-Montes e Alto Douro, a um representante do Conselho Executivo da Escola EB2,3/S D. Afonso III – Vinhais; à psicóloga, monitores e docentes que o integram, bem como aos representantes da Autarquia Local e do Centro de Saúde, parceiros privilegiados no referido projecto.

2. Enquadramento teórico

O trabalho infantil é, pela sua natureza, difícil de definir, pois, na maior parte dos casos, dele fazem parte o insucesso e o abandono escolar, tornando-se um problema social grave que compromete os sonhos, os projectos dos jovens e dos adolescentes que não assimilam competências que lhes permitam investir em novas aprendizagens.

A formação democrática, tolerante, respeitadora da diversidade e da luta contra as desigualdades está, pois, comprometida. Cada ser tem um espaço próprio que deve assumir na luta pelo saber e pela competência e é nessa posição relativa – a relação cognitiva – que é estruturante da sociedade, onde as competências adquiridas possam ser reconhecidas não só pelas empresas mas também pelo sistema educativo tipo formal (Livro Branco sobre a Educação e a Formação – Ensinar a aprender para uma Sociedade Cognitiva – Comissão Europeia, 1995).

A sociedade do conhecimento

reclama competências para a utilização da informação e, porque é flexível, exige capacidade de adaptação, porque assenta na inovação, exige capacidade para enfrentar o desconhecido e para acomodar o recém conhecido, porque é heterogénea, exige a capacidade de tolerância e interpretação autónoma do diverso, porque é interactiva, exige capacidade para desenvolver intraligações, apontando para as referências próprias da existência individual (Pereira, A. 2007, p. 16) referindo a Proposta de Lei de Bases da Educação (2003).

Cada vez mais se torna pertinente uma educação que conjugue as finalidades do aprender a ser a viver, do aprender a estar, do aprender a conhecer/saber, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências.

Tal só é possível se o acto educativo se centrar nas necessidades e interesses individuais desenvolvendo competências gerais e transversais que levem o jovem a aprender.

Será necessário apostar na prevenção do abandono escolar e para os que já abandonaram garantir o seu regresso e permanência na escola de forma a que adquiram uma formação básica que usufruam ao longo da vida.

De acordo com o Relatório de Actividades do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil – PEETI -, em 2002 as sinalizações referentes ao abandono escolar era de 87,71%. Associado ao abandono escolar temos situações de exploração do trabalho infantil (Trabalho Infantil indiciado, Trabalho Infantil efectivo e as formas intoleráveis, também referidas como as Piores Formas de Trabalho Infantil) que correspondem a cerca de 13% (Pereira, A. 2007, p. 17).

Segundo a Autora (*ibidem*) esta situação tem consequências e sequelas na actividade económica, pois impede o benefício/direito à educação e à aprendizagem.

O que leva ao abandono escolar é o pouco valor atribuído ao sistema escolar quer por parte dos pais, da família, dos empregadores, da sociedade que são claramente favoráveis à inserção laboral precoce dos menores, pois a mão de obra é barata.

Então, os jovens abandonam a escola quando têm oportunidades de trabalho nomeadamente nos meios de precaridade social, com baixos rendimentos e culturalmente carentes. E essas oportunidades podem surgir em locais distantes que de momento precisam de mão-de-obra desqualificada, como por exemplo na construção civil e obras públicas, turismo, trabalhos sazonais, etc.

É importante a luta contra a exploração do trabalho infantil a nível da escola e ao nível das estruturas curriculares e da formação do perfil dos professores.

Os motivos apontados para a exclusão escolar radicam nos conteúdos programáticos desadequados, na falta de programas de apoio criativos e sistemáticos (o que não tem a ver com o apoio pedagógico acrescido que mais não é que mais do mesmo e por conseguinte desmotivador), da ausência de programas que desenvolvam competências pessoais e sociais, da falta de articulação entre os diferentes ciclos de estudo, da inexistência de diversificação nas ofertas educativas e de formação.

Para que haja uma mudança significativa será preciso uma redefinição das funções da escola, do Professor/Educador, com vista a novas abordagens de programas/currículos que vão de encontro às directrizes do Ministério da Educação e aos interesses individuais e locais, visando uma mudança significativa e real face à escola e ao sistema educativo.

Mas é também ao nível do seio da família, com o seu consentimento e do comportamento dos pais face aos adolescentes que surgem também comportamentos que potenciam a exclusão que se incluem numa tipologia de risco (não responsabilização, permissividade, violência, discussões e desagregação familiar (divórcio), consumo de estupefacientes, trabalho dos pais fora de casa, baixas condições sócio-económicas, desemprego ...), e tudo isto é reflexo da baixa escolaridade, de dificuldades económicas, de limitada cultura, de maus tratos, de desestruturação e negligência familiares traduzidos em falta de hábitos e de rotinas diárias de higiene, alimentação, descanso) ...

Mas há também factores de natureza individual. De salientar a subnutrição, baixas competências ao nível da língua materna e do cálculo, baixa auto estima e pouco

interesse pela escola traduzem-se em situações de indisciplina, pequenos delitos como roubo, uso de estupefacientes, maternidade e paternidade precoces.

Também ao nível do meio envolvente se apresentam situações e factores que contribuem para o abandono escolar e para o trabalho infantil: a pressão existente por parte dos empregadores sobre mão-de-obra desqualificada, as más condições de acessibilidade e de transporte para a escola, uma deficiente ligação da comunidade local (meio autárquico, social, recreativo e empresarial) à escola, de entre outras (Pereira, A. (2007, p. 19).

Esta questão tem uma vertente de cariz escolar, mas também de cariz social e político e mexer só numa destas vertentes não é suficiente.

A escola continua a não ser inclusiva, apesar dos esforços nesse sentido.

A medida educativa e formativa, implementada pelo Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), que é Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), cria para uma larga camada da população jovem condições que se reflectem numa nova oportunidade de regresso à escola, para retomar um percurso abruptamente interrompido.

O abandono escolar tem como consequência o trabalho infantil e a exclusão social, enquanto que a medida educativa e formativa representa a possibilidade de reiniciar um percurso educativo e formativo com vista à obtenção da escolaridade obrigatória dando seguimento a sonhos e projectos que foram truncados.

Martins, A. M. (2008) refere que dada a complexidade do fenómeno e da não existência de critérios de classificação universais nem das representações sociais que dele têm os diferentes agentes, a definição de trabalho infantil apresenta algumas dificuldades que se manifestam a vários níveis e que estão presentes nos discursos políticos e jurídicos, pois são o resultado de forças contraditórias com base em interesses antagónicos.

O trabalho infantil sempre existiu em todas as sociedades e varia de acordo com o contexto geográfico (meio rural e meio urbano), sector de actividade (não é a mesma coisa trabalhar no campo, na construção civil, ligado às novas tecnologias, ou ao espectáculo). Um estigma, no primeiro caso, prestigante no segundo.

Martins, A. M. (2008), cita James Coleman, que considera três momentos em que as famílias, as pessoas, os adultos não têm tratado e continuam a não tratar bem as suas crianças:

- Primeiro momento de exploração do trabalho infantil – anda ligado a uma economia de subsistência, em sociedades agrárias, os filhos eram explorados pelos pais e depois pela sociedade do trabalho. Os filhos eram fornecedores de trabalho, de apoio aos pais, na velhice.

- Segundo momento de exploração do trabalho infantil – a criança é um bem de investimento. A sua importância era uma forma de promoção social das famílias como garantia de velhice. Investir nas crianças era investir no futuro da família, o que implica procura de mais educação, redução do número de filhos. Permissão de comportamentos não tolerados a outros grupos etários;

- Terceiro momento de exploração do trabalho infantil – a família desinteressa-se pelas crianças, pois a família perde a sua função central na economia como produtora e até como consumidora. A família não se perpetua de geração em geração mas recria-se a cada momento, fragmenta-se, deixa de apoiar os filhos, até na escola, a obrigação cabe ao Estado.

Mas o trabalho infantil tanto pode ser manual como intelectual e a opinião pública deve ser mobilizada no sentido dos consumidores desenvolverem atitudes de rejeição dos produtos que possam adquirir vindos da exploração do trabalho infantil.

As crianças que abandonam a escola não regressam à escola e isso não pode ser consentido, embora a escola não seja uma solução para tudo, é um dos elementos para essa solução (Carneiro, M. R. 2008).

Uma vez fora da escola, a possibilidade de reinserção e de ultrapassar um ciclo de exclusão é remota para qualquer criança nestas circunstâncias; ela estará assim praticamente eliminada da inclusão social . (Carneiro, M. R. 2008, p. 61).

Se a escola é fastidiosa, aborrecida, desinteressante, não corresponde à diversidade de competências de cada criança ou não corresponde à falta de competências que algumas crianças terão face ao modelo, que a escola é orientada para o conhecimento mais teórico e abstracto e que nem todos os meninos têm apetência por esse modelo.

3. Metodologia

O trabalho foi desenvolvido na Escola EB2,3/S D. Afonso III – Vinhais, em Janeiro de 2009.

A população e a amostra do estudo foram delimitadas, a recolha de dados foi de natureza qualitativa e foi usada uma metodologia de observação não participante em que a técnica de pesquisa utilizada foi uma entrevista em grupo, padronizada e com guião previamente elaborado, de acordo com as respostas que se pretendiam obter para as questões formuladas pelo problema do estudo e que estavam de acordo com o objectivo geral do mesmo.

4. Instrumentos de recolha de dados

Para Detry e Cardoso (1996) a entrevista é uma técnica não documental de observação não participante, podendo-se distinguir vários tipos que vão desde as mais rígidas e estruturadas até às entrevistas em profundidade.

A entrevista utilizada neste estudo obedeceu a uma estrutura com guião formado por um leque de questões contextualizadas de acordo com o problema em análise e as questões suscitadas por esse mesmo problema para as quais se tentaram obter respostas justificativas.

Tal procedimento facilitou o acto de entrevistar, pois permitiu uniformizar e normalizar a informação recolhida. Pretendeu-se uma análise intensiva, pelo que as perguntas eram abertas e de natureza qualitativa, o que facilitou a compreensão da temática em estudo.

Tendo a mesma sido orientada por uma listagem inicial de questões estruturantes, cada entrevistado teve uma certa flexibilidade na sequência e no léxico utilizado, o que

no dizer de Gomes (1993, p. 125) (...) *permitiu-nos a articulação da problemática com a mundividência de cada entrevistado (...)*.

Foi realizada uma entrevista formal e em grupo, que segundo Lima (1981, p. 49) é (...) *uma técnica híbrida, que utiliza a comunicação verbal dos inquiridos, mas em que a relação colectiva é dominante, o que permite examinar os problemas ao nível colectivo*, à coordenadora da equipa móvel multidisciplinar de Trás-Os-Montes e Alto Douro, a um representante do Conselho Executivo da Escola EB2,3/S D. Afonso III – Vinhais; à psicóloga, monitores e docentes, bem como aos representantes da Autarquia Local e do Centro de Saúde, parceiros privilegiados no projecto anteriormente referido.

As autoras do estudo foram tirando notas escritas sobre as respostas apresentadas, tendo sido elaborado um protocolo de procedimentos, que constituiu o *corpus* da entrevista, discutido com os entrevistados, em que de acordo com Pacheco (1995) foi tido em conta a independência, em que nenhum dos entrevistados terá acesso privilegiado ou poderá alterar *à posteriori* aos dados; a negociação, em que os entrevistados poderão pedir informações e discutir questões oportunas; a confidencialidade, em que será mantido o anonimato de cada participante e a responsabilidade, em que os participantes poderão ser activos, rectificar dados e não formularão juízos de valor sobre o trabalho dos outros.

5. Apresentação e análise dos resultados

5.1. A apresentação dos dados terá como objectivo organizar a informação de forma a torná-la compreensível.

A interpretação dos resultados será feita de forma holística, encontrando linhas de convergência que confirmem as questões suscitadas pelo problema.

O instrumento de recolha de dados foi elaborado com uma estrutura conceptual e estrutural que permitiu analisar a situação em causa.

5.2 Análise dos dados obtidos pelo instrumento de recolha de dados

A fim de poder clarificar ou obter respostas às questões formuladas pelo problema, através do discurso dos entrevistados foi possível deduzir as opiniões a seguir transcritas, para cada uma das questões levantadas.

Assim, para a questão:

1. Que relação existe entre a exploração do trabalho infantil e a exclusão escolar?
– Foi mencionado por unanimidade que existe *uma relação que é biunívoca entre a exploração do trabalho infantil e a exclusão escolar*.

2. O que leva os adolescentes a abandonarem a escola?

Segundo a opinião da monitora Carmo Sousa *os jovens abandonam a escola pela desmotivação no ensino regular, por casos de insucesso*.

Mas o docente Vítor Alves acrescentou que *para estes alunos estudar é perder tempo, pois o quadro, a caneta e o papel não lhes dizem nada, dado também o défice financeiro do meio*.

A coordenadora do projecto PIEF, Raquel Fernandes, comentou que esse abandono tem a ver *com muitas retenções consecutivas, falta de hábitos de higiene, etc., o que pode ser motivo de exclusão e de abandono, pois a aparência física marginaliza-os.*

As docentes Marta Pereira e Carla Canteiro frisaram que são *casos de insucesso recorrente, não gostam de estudar e como ficam muitas vezes retidos estão é a perder tempo, pois a vida da escola não lhes diz nada. Tanto dá estudar como não, pois têm sempre 20% na classificação.*

A equipa manifestou-se dizendo que *os jovens que vivem em meios de precaridade social com baixos rendimentos e culturalmente carentes, são os que mais abandonam a escola. Estes jovens, geralmente, abandonam a escola para realizar trabalhos agrícolas, construção civil, guardadores de gado, trabalhos temporários, trabalhos em contexto familiar, trabalhos não qualificados.*

Foi recordado pela docente Marta Pereira *haver casos de subnutrição* e a psicóloga Vanda Palas afirmou que quando pergunta ao aluno que indique um pensamento obsessivo, este responde *fome, tenho fome.*

O problema do abandono é, no dizer de toda a equipa, *da responsabilidade de todos os intervenientes, docentes, alunos, escola, família e meio envolvente, todos têm uma parte no processo, pois estas situações não acontecem isoladamente. Muitas vezes os docentes não se adaptam à turma. Quanto ao meio existe isolamento das aldeias, acessos difíceis, a própria situação geográfica do Concelho; a falta de ofertas culturais, etc....*

3. Serão os programas curriculares desajustados da sua realidade local, na medida em que os conteúdos não são adequados à história de vida dos alunos e não desenvolvem competências pessoais e sociais?

Vítor Alves afirma que *os programas contemplam as competências pessoais e sociais, mas não há condições para as implementar, pois a turma tem os mesmos recursos e o mesmo espaço. Estes devem ser alternativos, encaminhados.*

Frisa ainda que *temos uma ferramenta e vamos ver com este programa como as coisas funcionam. Mas também tem a ver com as condições dadas aos docentes para aplicar como alternativas e não ficar apenas pela redefinição de objectivos. Mas, acrescenta, os alunos gostam da escola, pois é onde estes se socializam, mesmo quando faltam às aulas eles ficam na escola.*

Eurico Gonçalves considerou que *se desenvolvem competências pessoais e sociais e que os alunos gostam da escola, porque eles ficam nos espaços exteriores, mas com a sua não adaptação ao mundo académico, vão-se afastando.*

Marta Pereira achou que *o problema não está nos conteúdos, pois é necessário ir ao encontro dos alunos, tendo mais a ver com a metodologia e com o sistema que não responde à recuperação do aluno. A retenção do aluno não resulta, porque o grupo é desmembrado. Reforçou a ideia de que o sistema não responde à recuperação destes alunos e reter não resolve o problema, só o agrava, tendo consequências directas na não integração na turma, em relação à idade e ao não acompanhamento directo da*

turma. Falou ainda dos diferentes ritmos de aprendizagem destes alunos, para os quais deve haver diferentes respostas e algumas dessas respostas não têm tido sucesso.

4. Será que os alunos associam o gosto pelas disciplinas aos respectivos professores?

A opinião é unânime, na equipa, na medida em que todos afirmaram que estes jovens, por norma, não criam empatia com os seus professores porque todos os processos estão interligados, se não têm aproveitamento escolar, se não estão integrados, a antipatia com os professores vem quase por inerência. Mas alguns deles gostam dos professores. Na generalidade, há uma relação quase directa entre o gostar ou não gostar da disciplina e o gostar ou não gostar do professor. Isto acontece às vezes, mas revêem-se no professor se este é simpático e afável.

Carla Canteiro referiu ainda que estes alunos, geralmente, não gostam de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e Matemática, mas a psicóloga Vanda Palas acrescentou que não gostam dessas disciplinas porque nunca gostaram.

5. Haverá uma adequada formação do perfil dos professores?

A nível da Escola, a equipa considerou o caso do PIEF Vinhais um sucesso justificado pelo grande envolvimento e dedicação, quase missionários.

Eurico Gonçalves, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Executivo disse ter tido conhecimento deste projecto, apresentado pela Coordenadora da Equipa e achou que poderia ser uma forma de ultrapassar este problema. Pensou seriamente no assunto e tentou perceber, entre a equipa de docentes, quais seriam os colegas que, na perspectiva do Conselho Executivo, teriam um perfil adequado para trabalhar com estas turmas. Contrataram, então, no ano lectivo anterior, professores que consideraram com um perfil adequado, usando para esse fim a sua própria sensibilidade e o diálogo. Referiu ainda que a psicóloga ajuda os professores sempre que estes têm necessidades, pois a mesma afirma que, dada a especificidade dos alunos deste projecto, as práticas não são habituais e manifestam, muitas vezes, resistência à mudança.

Congratulou-se, ainda, com a selecção dos docentes (embora tenha referido que este ano lectivo se tem remediado com a prata da casa), pois considera que eles foram fantásticos no trabalho que executaram.

6. Que estratégias concebe a escola para manter ou chamar de novo os alunos ao seu seio?

Toda a equipa concorda que uma forma de motivar estes e outros alunos está na filosofia de adesão ao Programa PIEF.

Um dos pontos mais referidos pela equipa foi a desmotivação, pois a escola não diz nada a estes jovens, à qual acresce o facto de as famílias terem problemas financeiros, vendo nestes jovens uma fonte de rendimento.

Estando identificado o problema e conhecendo a programa, a Coordenadora do Projecto e todos os parceiros referiram estar envolvidos, no programa, de corpo e alma, entusiasticamente.

Eurico Gonçalves referiu que têm *sinalizados 31 jovens no PIEF, duas turmas, mais 16 jovens sinalizados noutras turmas.*

Mas é também necessário trabalhar com os alunos a nível pessoal. A docente Marta Pereira disse ser *necessário trabalhar a parte motivacional, o reforço da auto-estima e a psicóloga Vanda Palas referiu ser importante trabalhar, entre outras, as perspectivas futuras, vocacionais, bem como melhorar os pontos positivos.*

Raquel Fernandes salientou que *se desenvolve trabalho, em estreita colaboração, fazendo sessões com a psicóloga, acompanhamento médico e caso se justifique solicita-se a intervenção das várias comissões que integram o projecto como parceiros.*

7. Como é que a escola coloca em acção programas motivadores, ofertas educativas e de formação?

Toda a equipa referiu que as ofertas educativas e de formação que a escola apresenta passam por *visitas domiciliárias, convites para os pais virem à escola a fim de lhes falar sobre o curso e reunir com eles para descobrir os problemas existentes no agregado familiar.*

8. Como é que a escola promove a articulação entre os diferentes ciclos de estudo?

A escola promove a articulação entre os diferentes ciclos de estudo, pois o docente Eurico Gonçalves disse *haver uma continuidade, embora recente e a integração das várias escolas em agrupamento de escolas facilita essa articulação.*

9. Que acompanhamento e apoio psicológico é dado aos alunos em risco de abandono?

Quanto ao apoio psicológico é de referir o apoio aos alunos e às famílias.

A psicóloga Vanda Palas referiu que *trabalha com os alunos do PIEF, mas o Centro de Saúde disponibiliza uma psicóloga, que semanalmente vem dar apoio aos alunos da escola.*

Quanto a estabelecer elos com as famílias, *o trabalho tem de ser um contínuo, tem que ser feito da comunidade para a escola e não ao contrário, porque o PIEF não tem autonomia para trazer estes jovens para a escola, só um trabalho contínuo com a família faz com que isso aconteça.*

10. Que acompanhamento é dado à família e à ligação desta ao meio?

A nível da família (que valores transmite), o docente Eurico Gonçalves disse ser necessário *apostar na educação social e económica das mesmas. As famílias são chamadas, a psicóloga trabalha com elas, no sentido de dar ajuda a uma relação familiar que complete o trabalho realizado com os alunos.*

A nível do meio envolvente *surge um trabalho de grande proximidade e interesse por parte da Câmara Municipal de Vinhais, referido por Eurico Gonçalves, pois a Câmara é um parceiro fundamental da escola, dado suportar todas as despesas do Pré – escolar e do 1º Ciclo, apoiando com material e alimentação.*

Raquel Fernandes frisou a *disponibilidade e empenhamento da mesma na resolução de situações problemáticas, como a cedência de espaços a funcionarem como salas de aula (quando estes espaços não existiam na escola) e a cedência de comida, bem como o reforço de doses, dado o número de alunos ser maior que o previsto.*

11. Que motivação têm os professores para um trabalho personalizado com os alunos?

A motivação que os professores têm para um trabalho personalizado com os alunos *prende-se com o facto de que depois destes jovens chegarem à escola encontram uma equipa muito coesa para trabalhar com eles, bem como com professores, técnicos, monitores e assim o trabalho flui naturalmente, segundo Raquel Fernandes.*

6. Considerações finais

O quadro conceptual que permitiu organizar e estruturar a planificação deste trabalho teve por base um enquadramento teórico que permitiu o enfoque sobre a temática Educação Contra A Exclusão - Trabalho Infantil E Abandono Escolar: Uma Realidade Entre Dois Mundos.

Pode inferir-se pelos dados apresentados que:

- A desmotivação e a incapacidade para obtenção de classificações positivas é consequência de retenções consecutivas o que leva à marginalização;

- Há como que uma relação directa entre gostarem da disciplina e gostarem do professor;

- A desmotivação, já referida, bem como os problemas familiares, carências económicas, ausência de hábitos de higiene, ausência de hábitos culturais (...), levam os jovens a enveredar por uma vida de trabalho ilegal e desqualificado;

- A motivação que os professores têm para um trabalho personalizado com os alunos prende-se com um trabalho continuado, paciente que de forma paulatina vai dando frutos, na medida em que os jovens ganham confiança e respeito pelos seus docentes. O facto destes jovens encontrarem uma equipa muito coesa para trabalhar com eles (professores, técnicos, monitores) e a capacidade de ajuda quer a nível cognitivo, quer a nível afectivo, demonstrada pela mesma faz com que estes jovens procurem os vários elementos e sintam os afectos que a vida familiar não lhes dá.

- O apoio psicológico de que beneficiam é-lhes muito favorável, pois permite-lhes desconstruir determinadas representações e inseri-los socialmente através de uma aprendizagem com estratégias adequadas às suas realidades.

- O trabalho desenvolvido pela Autarquia Local beneficia a integração destes alunos, embora os apoios sejam mais do ponto de vista logístico e económico do que cultural, pois um meio tão isolado ressentia-se de actividades que promovam de forma intensa os aspectos culturais, que a mesma não se inibe, embora de forma pontual, em conjunto com a Escola, de procurar noutras regiões.

Como sugestões para minorar este problema apontam-se algumas medidas, nomeadamente:

- Sensibilizar os pais, as escolas, os empregadores e a opinião pública em geral de forma a uma prevenção da exploração do trabalho infantil;
- Pedir, ainda, mais apoio das autarquias locais, no que diz respeito ao diagnóstico das necessidades das crianças e dos jovens em risco e à execução de acções conjuntas para a prevenção da exploração do trabalho infantil;
- Continuar a sinalizar situações de risco e tentar a sua resolução;
- Dinamizar e coordenar actividades curriculares não disciplinares, numa vertente educativa e formativa, para ocupação das crianças e dos jovens, durante os períodos de interrupção das actividades curriculares.

Bibliografia

- Amado, J. (2001). *Interacção Pedagógica e Indisciplina na Aula*. Porto: Edições Asa.
- Carneiro, M. R. (2008). *Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho Infantil*. Colecção Documentos PETI, 2º Dossier. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Detry, B. e Cardoso, A. (1996). *Construção Do Futuro E Construção Do Conhecimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, R. (1993). *Culturas de Escola e Identidades dos Professores*. Lisboa: Educa.
- Martins, A. M. (2008). *Representações Sociais e Consentimento para o Trabalho Infantil*. Colecção Documentos PETI, 2º Dossier. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Jackson, Philip W. (2001). *La vida en las aulas* (6.ªed.). Madrid: Morata.
- Lima, M. P. (1981). *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*. Porto: Editorial Presença.
- Pacheco, J. A. (1995). *O Pensamento e a Acção do Professor*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, A. (2007). *PIEF – Um Programa de Educação e Formação*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Perrenoud, P. (1995). *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, M. (1999). *Novas Competências para a Sociedade do Futuro*. In Fórum Escola, - Diversidade e Currículo. Lisboa: Ministério da Educação Editor.IIE.